

LEGISLAÇÃO

Pix Pensão passa no Senado e vai a sanção

Projeto de Lei permite transferência direta dos valores para evitar inadimplência

» RAFAELA GONÇALVES

O Senado aprovou, ontem, o projeto de lei que cria o chamado Pix Pensão, mecanismo que permitirá o pagamento automático de pensão alimentícia por meio do sistema de transferências instantâneas do Banco Central. A proposta busca reduzir a inadimplência, agilizar o recebimento dos valores pelos beneficiários e diminuir a necessidade de novas ações judiciais para cobrar parcelas em atraso. O texto segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

De autoria da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), o Projeto de Lei 4.978/2023 foi relatado no Senado pela senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA). A parlamentar apresentou apenas ajustes de redação, sem alterar o mérito da proposta aprovada anteriormente pela Câmara dos Deputados.

Pelas novas regras, o pagamento poderá ser automatizado em qualquer etapa do cumprimento da sentença judicial. Na decisão que fixar a obrigação, o juiz deverá informar os dados necessários para a operação, como o valor mensal da pensão, o período de duração da obrigação, as contas de origem e destino dos recursos e os critérios de atualização dos valores.

Hoje, a legislação já permite o desconto automático da pensão diretamente na folha de pagamento quando o devedor possui vínculo formal de trabalho. Nos demais casos, no entanto, o responsável pelo recebimento precisa recorrer ao Judiciário sempre que houver atraso, o que pode prolongar o processo de cobrança e comprometer o sustento de crianças, adolescentes e demais beneficiários.

Relatora da proposta, Ana Paula Lobato afirmou que o novo mecanismo reduz a dependência de medidas judiciais sucessivas e fortalece a efetividade do pagamento da pensão alimentícia. “A medida também contribui para reduzir a inadimplência estratégica, aumentar a previsibilidade financeira do alimentando e desestimular o uso de expedientes destinados a dificultar o pagamento da pensão”, destacou.

Marina Ramos/Agência Câmara



Tabata Amaral, autora da proposta: medida reduz trabalho do Estado e dá previsibilidade ao alimentando



A medida também contribui para reduzir a inadimplência estratégica, aumentar a previsibilidade financeira do alimentando e desestimular o uso de expedientes destinados a dificultar o pagamento da pensão”

Ana Paula Lobato, senadora (PSB-MA) e relatora do projeto de lei sobre Pix Pensão

Autora do projeto, Tabata Amaral defendeu que a automatização representa uma alternativa mais eficiente aos mecanismos atualmente utilizados para garantir o

cumprimento da obrigação alimentar. Segundo a deputada, o modelo reduz custos para o Estado e amplia a proteção aos beneficiários.

“O Pix Pensão reduz o trabalho do Estado e beneficia os alimentandos, dificulta a vida do inadimplente contumaz e, como benefício adicional, sinaliza à sociedade que não é mais possível ter um filho sem ter responsabilidade sobre ele. Trata-se de relevante inovação para beneficiar alimentandos”, afirmou.

Bloqueio

Pela proposta, caberá às instituições financeiras efetuar automaticamente as transferências nas datas estabelecidas pela decisão judicial. Se não houver saldo suficiente na conta do devedor da pensão, o sistema poderá bloquear ativos financeiros até o limite do valor atualizado da parcela em atraso. No caso de empresário individual, a medida também poderá alcançar recursos vinculados à atividade empresarial. Persistindo a inadimplência, o bloqueio poderá ser convertido em penhora.

Os defensores da proposta afirmam que o novo mecanismo

amplia a proteção de crianças e adolescentes ao tornar o pagamento da pensão alimentícia mais previsível e regular. Por ter caráter alimentar, o benefício é considerado fundamental para a manutenção das necessidades básicas de cerca de 5 milhões de dependentes.

O projeto ainda atribui ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a responsabilidade de reunir e divulgar dados estatísticos sobre a atuação do Judiciário relacionados ao tema, sem expor a identidade das partes envolvidas. Entre as informações que poderão ser consolidadas estão o número de processos, valores médios das ações, registros de penhoras judiciais e, nos casos de pensão alimentícia, características gerais do perfil dos beneficiários.

Para viabilizar esse levantamento, o CNJ poderá firmar acordos de cooperação com outros órgãos públicos e compartilhar dados de forma agregada ou anonimizada, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A medida tem como objetivo ampliar a produção de estatísticas, orientar a formulação de políticas públicas e aprimorar o acompanhamento das demandas judiciais.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Tarifas embutem interesses eleitorais e negócios da plutocracia de Trump

O imbróglio do tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil é mais do que um contencioso comercial, no qual os dois países negociam tarifas com base em interesses recíprocos. Como ficou evidente ontem, com a participação do senador Flávio Bolsonaro (PL), pré-candidato a presidente da República, na audiência pública promovida pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), há dois eixos cruzados de negociação.

O eixo com o qual o Itamaraty trabalha é econômico-empresarial, no qual pesam os interesses concretos das cadeias produtivas integradas entre Brasil e EUA; Flávio privilegiou o viés ideológico-político, fortalecido pela conjuntura eleitoral nos dois países, que favorece a ofensiva da direita norte-americana contra regulações, instituições e governos que não se alinham à sua agenda.

Os negócios entre empresas brasileiras e norte-americanas aparecem nas manifestações encaminhadas ao Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) na investigação aberta com base na Seção 301. Foram 335 manifestações de empresas e organizações brasileiras e americanas, além de 30 de pessoas físicas. Entre elas estão gigantes, como Coca-Cola, Caterpillar, ADM, Tesla, Nestlé, CSN, Suzano, eBay, Siemens Energy, JBS e WEG, além de entidades como CNI, Fiesp, CNA, Câmara Americana de Comércio, Abiquim e Unica. Não se trata, portanto, de uma reação periférica ou diplomática, mas de uma mobilização do coração da atividade produtiva e comercial dos dois lados.

Depois da reunião, rebatendo os irmãos Bolsonaro, o Itamaraty destacou, em nota, que das 78 empresas, entidade e pessoas físicas que se manifestaram na audiência, 63 foram contra o tarifaço e somente 15 a favor. Das 44 manifestações norte-americanas, 30 foram contra e 14 a favor. Já do lado brasileiro, das 34 manifestações, apenas a de Flávio Bolsonaro foi a favor do tarifaço, segundo o governo Lula.

O tarifaço proposto por Washington — 25% sobre produtos brasileiros, com a possibilidade de mais 12,5% em outra investigação — colide com a própria lógica de reorganização das cadeias produtivas globais, que leva ao fortalecimento do comércio regional. Não se resume à venda de bens finais concorrentes; são insumos, matérias-primas, componentes e bens intermediários que alimentam a própria indústria americana e sua complementariedade com os demais países das Américas.

A Fiesp sustenta, por exemplo, que a tarifa média brasileira sobre produtos dos EUA é baixa e que boa parte das exportações brasileiras para o mercado americano não compete diretamente com a produção local, mas a complementa. Em vários casos, trata-se de comércio intrafirma, entre filiais e matrizes, ou de insumos que entram no processo industrial norte-americano. Estão nessa categoria, por exemplo, a carne do dianteiro usada para a produção de hambúrgueres, e o suco de laranja e café indispensáveis à refeição matinal das famílias norte-americanas.

Resistência nos EUA

Na prática, o tarifaço também eleva os custos para as empresas dos Estados Unidos, pressiona a inflação, reduz a competitividade e desorganiza cadeias que foram montadas ao longo de décadas em bases de integração econômica. Por isso, a resistência à taxação não é apenas do governo brasileiro ou de entidades nacionais; representantes de setores americanos também advertiram para o risco de que o custo das tarifas recaia sobre os próprios EUA.

A Câmara de Comércio americana falou em “consequências imprevistas” para a economia dos Estados Unidos; a coalizão We Pay the Tariffs foi ainda mais direta ao afirmar que “o custo recai com mais força sobre os americanos”; e até organizações como a Public Citizen saíram em defesa do Pix e contestaram a tese de que a política digital brasileira seria discriminatória contra empresas americanas.

Há uma profunda contradição entre a lógica protecionista de Trump e a dinâmica complexa das cadeias integradas de produção. Por isso, o governo brasileiro ainda tem esperança de convencer a Casa Branca de que punir o Brasil é, também, punir empresas e consumidores americanos que se beneficiam desse intercâmbio.

O problema é que esse eixo racional, econômico e empresarial talvez nem seja o dominante. O aspecto ideológico e político-eleitoral é que fragiliza a posição brasileira. Formalmente, a investigação da Seção 301 visa o comércio digital, os serviços de pagamento eletrônico, o combate à corrupção, a defesa da propriedade intelectual, o etanol e desmatamento. Mas, na verdade, o tarifaço não é uma resposta comercial a supostas “práticas desleais” do Brasil, mas um instrumento de pressão política.

Existe também um ingrediente subjacente, já revelado na troca de mensagens entre Flávio Bolsonaro e Marco Rubio: os grandes interesses em negócios da plutocracia que se forma em torno de Donald Trump, com três agendas prioritárias: a ofensiva contra regulações sobre big techs, o ataque a sistemas públicos que concorrem com empresas privadas — como o Pix — e o controle de fontes de matérias primas como as terras raras. Sem falar na solidariedade política à família Bolsonaro, em sua guerra contra o STF e o governo Lula.

CRIME ORGANIZADO

Pré-candidato bolsonarista é preso

» RENATO SOUZA
» GIOVANNA RODRIGUES

Em mais uma fase da Operação Unha e Carne, da Polícia Federal, o ex-prefeito de Belford Roxo e pré-candidato ao Senado pelo União Brasil, Márcio Canella, foi preso em flagrante na manhã de ontem, após equipes policiais encontrarem um fuzil no carro dele durante a sexta fase da investigação. De acordo com a corporação, o fuzil .556 é de uso restrito. Canella era inicialmente alvo de um mandado de busca e apreensão. Ele é suspeito de envolvimento em um mega esquema de lavagem de dinheiro que teria usado postos de combustíveis para movimentar R\$ 7,6 bilhões no Rio de Janeiro.

Na ação de ontem, policiais federais cumpriram 19 mandados de busca e apreensão, além de medidas de sequestro de bens e valores e de suspensão de atividades econômicas de empresas ligadas ao grupo investigado.

Márcio Canella foi eleito vereador de Belford Roxo em 2012. Em 2015, continuou na política, desta vez como deputado estadual e por três mandatos ficou na Alerj. Ele também se licenciou para ser vice do prefeito Waguinho, de Belford Roxo, de 2017 a 2019.

A PF aponta que a organização envolvida no caso é suspeita de utilizar uma rede de postos de combustíveis na Região Metropolitana do Rio como plataforma para fazer a lavagem de capital. A corporação

Alerj/Divulgação



Márcio Canella entrega a Medalha Tiradentes a Marcus Amim em 2018

ainda indica que o esquema tem a participação de agentes públicos.

Canella se consolidou como uma das apostas do bolsonarismo no estado após construir uma aliança com Cláudio Castro, ex-governador do RJ. Foi ao lado do governador que Flávio Bolsonaro oficializou sua pré-candidatura, apresentando ambos como peças do mesmo projeto político para o Rio.

O **Correio** apurou junto a fontes na campanha de Flávio Bolsonaro que a prisão de Canellas gerou desconforto no PL, no pré-candidato a presidente e em seus aliados, devido à proximidade e o risco de que o fato possa ser usado politicamente pelo PT.

Outro alvo, o delegado Marcus Vinícius Amim Fernandes,

ex-secretário da Polícia Civil do Rio de Janeiro, consolidou sua carreira na segurança pública antes de assumir cargos de destaque na administração estadual. Ele foi exonerado em 2024, em meio a uma onda de confrontos e operações à criminalidade no Rio. Depois, passou a coordenar o Departamento de Segurança da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, função que exerceu até dezembro de 2025.

Operação Unha e Carne

A Operação Unha e Carne teve cinco fases desde dezembro de 2025. A primeira etapa foi deflagrada em dezembro de 2025 e teve como alvo o então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do

Rio de Janeiro (Alerj), o deputado Rodrigo Bacellar, hoje cassado e preso. De acordo com a Polícia Federal, Bacellar teria vazado informações sigilosas da Operação Zargun, o que permitiu a destruição e ocultação de provas, frustrando a ação policial.

Ainda em dezembro de 2025, a segunda fase aprofundou as apurações sobre a origem dos vazamentos. Nessa etapa, a PF prendeu preventivamente o desembargador federal Macário Ramos Júdice Neto, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). A terceira fase foi deflagrada em 27 de março de 2026, onde Rodrigo Bacellar foi preso novamente por determinação de Alexandre de Moraes após a cassação do mandato do político pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na quarta fase, de 5 de maio de 2026, o deputado estadual Thiago Rangel (Avante) foi preso, suspeito de comandar um esquema de fraudes em procedimentos de compra de materiais e de aquisição de serviços. Na quinta fase, deflagrada no último dia 2, a PF prendeu o pastor Márcio Pôncio, investigado por ligação com a Máfia do Cigarro, e o bicheiro Adilson Oliveira Coutinho Filho, o Adilzinho.

Em um dos endereços de Adilzinho, a PF encontrou listas de políticos. A corporação não revelou nenhum nome, mas informou que esses agentes políticos são investigados por suspeita de receber doações de Adilzinho para a campanha de 2022.